



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº ___, DE 2020.

(Do Sr. Otto Alencar Filho)

Altera o Código Penal para aumentar a pena do crime de peculato, quando se tratar de recursos destinados à saúde e a educação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passa a vigor acrescido do seguinte dispositivo:

“Art.312

.....

§ 1º.....

.....

.....

Art. 312 A. Nos casos de desvio de recursos públicos destinados a saúde e educação:

Pena – reclusão, oito a quinze anos, e multa” (NR):

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei pretende acrescentar o Art. 312 A ao Código Penal Brasileiro objetivando a majoração da pena aos crimes de peculato quando o desvio de recursos públicos ocorrer na área da saúde e da educação.

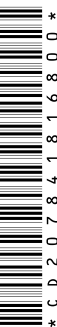
No dia 14 de maio do corrente ano tornou-se público que uma organização criminosa estava agindo no Estado do Rio de Janeiro. Agentes administrativos e empresários estavam praticando delitos se valendo da situação de calamidade ocasionada pela pandemia do Coronavírus, que autoriza contratações emergenciais e sem licitação, para obter contratos milionários de forma ilícita com o Poder Público, além de atuar para destruição de provas. Enquanto isso, os hospitais públicos pedem socorro, a falta de equipamentos básicos que vão desde máscaras a respiradores tem inviabilizado os trabalhos dos profissionais de saúde no combate ao COVID-19, tornando dramática a situação dos hospitais.

Independentemente da situação de pandemia que o país está enfrentando, o que ressaltamos apenas de forma exemplificativa, acreditamos que o desvio de recursos da área da saúde é uma postura inadmissível. Sabemos da fragilidade do Sistema Único de Saúde e das dificuldades que milhares brasileiros enfrentam diariamente pela falta de acesso e de tratamento digno nos hospitais públicos do país.

No que tange o desvio de recursos públicos na área da educação, além da má formação dos alunos e a precariedade das instalações das escolas, os desvios de recursos alcançam a alimentação dos estudantes. Não são raras as denúncias de desvios destinados a merenda escolar, que também contribuem para afetar a saúde dos estudantes, que muitas vezes tem nessa alimentação a única do dia.

Ademais, saúde e educação são direitos fundamentais garantidos pela Carta Constitucional de 88, sendo razoável conceber que as penas para os crimes de desvios públicos destinados as referidas áreas sejam mais severas.

Por essas razões, não podemos admitir que gestores que ocupam relevantes cargos na Administração Pública busquem benefícios próprios de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

recursos tão caros a população brasileira. Entendemos que ao majorar a pena nos casos de peculato, quando o recurso desviado for da área da saúde e da educação, poderá coibir ou diminuir sobremaneira tal prática.

Dessa forma, certo da importância e da urgência da matéria, peço o apoio de meus pares para aprovação do presente projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado OTTO ALENCAR FILHO

Apresentação: 25/05/2020 17:47

PL n.2877/2020

Documento eletrônico assinado por Otto Alencar Filho (PSD/BA), através do ponto SDR_56206, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

